

«As Altas Partes Contratantes não permitirão que os respectivos territórios, águas territoriais ou espaço aéreo, sejam utilizados como base, ponto de passagem ou de qualquer outra forma por outro Estado, Governo, forças militares estrangeiras, organizações ou indivíduos que planeiam ou se preparam para levar a cabo actos de violência, terrorismo ou agressão contra a integridade territorial ou independência política da outra, ou que possam ameaçar a segurança dos seus habitantes».

Artigo Três
do Acordo de Nkomati

«A actividade armada e o conflito dentro de Moçambique venha de onde vier, tem de parar».

Declaração de 3 de Outubro
lida por Pieter Botha

Bandidos capturados confirmam que pouco antes da assinatura do Acordo de Nkomati, no período em que decorriam os últimos preparativos, foram introduzidos armamentos e milhares de terroristas na RPM, principalmente na Província do Maputo.

Após a assinatura do Acordo continuaram a ser introduzidos bandoleiros no nosso País. Aviões e helicópteros vindos da África do Sul prosseguiram a violação do espaço aéreo nacional, levando armamento e munições para os acampamentos dos bandidos.

A capital moçambicana diversas vezes ficou sem energia eléctrica devido a actos de sabotagem sobre as torres de alta tensão levados a cabo por bandidos que operam vindos do lado sul-africano da fronteira. A sabotagem àquelas torres de conduta constitui uma sangria económica que só o mero acaso de haver meios alternativos locais faz com que não ganhe proporções definitivamente caóticas uma vez que Maputo e arredores têm mais de quarenta e cinco por cento da capacidade industrial do País.

Depois da assinatura do Acordo de Nkomati houve acções, comprovadas no terreno, de introdução do banditismo nas províncias do Niassa e Cabo Delgado, as últimas que durante anos tinham ficado fora da alçada criminosa dos terroristas treinados por Pretória. Em Niassa, neste ano de 1985, foram assassinados cooperantes alemães da RDA. Aliás, os estrangeiros continuam a ser «um alvo militar» como o têm proclamado os porta-vozes dos bandidos sediados em Lisboa. Portugueses, italianos e britânicos foram vitimados pelas armas criminosas muito depois de o Acordo de Nkomati ter sido assinado.

Em todo este quadro foi-se tornando gradualmente claro que a África do Sul não estava a cumprir o Acordo de Nkomati. E na sua atitude a RAS não actuava isolada. Tinha e tem cúmplices.

O Presidente Samora Machel, em fins do ano passado, discursando na Manhica para numerosa população e na presença de jorna-

listas nacionais e estrangeiros, diria: «Muitos países do Ocidente têm representantes dos bandidos armados. Mas não nos enganemos. O chefe grande é a África do Sul. Por isso assinámos o Acordo de Paz com a República sul-africana (...). Eles é que criaram, equiparam, treínaram e mantêm os bandidos armados. A responsabilidade é da África do Sul».

Jacinto Veloso, dirigente cuja palavra sobre as relações entre Moçambique e a África do Sul tem o peso de quem encabeçou várias e delicadas conversações com o governo de Botha, falando em S. Tomé nas vésperas da Cimeira dos «Cinco», realizada em Fevereiro do corrente ano, diria que em onze meses de Nkomati «assistiu-se ao recrudescimento da acção de desestabilização no sul de Moçambique, particularmente na Província do Maputo». Aquele dirigente faria também referência a «vários casos e factos que indicam a existência de violações e que estão a ser investigados». Falando sobre o envolvimento português, Jacinto Veloso diria que «tudo depende de como e até que ponto o Governo português acha que deve limitar as acções de desestabilização».

Os Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, no comunicado final da sua V Cimeira afirmam:

«(...) a partir do território sul-africano continuam a ter lugar actos de violência e terrorismo contra a República Popular de Moçambique em violação ao Acordo de Nkomati.

«A Cimeira exige que a República da África do Sul cumpra rigorosamente o compromisso de Lusaka e o Acordo de Nkomati.

«A V Cimeira denuncia com veemência a cumplicidade e conivência de certos círculos políticos, económicos, financeiros e militares portugueses nas agressões contra a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique em detrimento das relações de amizade e cooperação existentes».

Pouco antes desta Cimeira, falando no Bilen a jornalistas franceses, o Presidente Sa-

mora Machel referindo-se ao envolvimento dos Estados Unidos na problemática da África Austral, disse:

«Não sei se os Estados Unidos alguma vez estabeleceram a paz em alguma parte do Mundo. Se os Estados Unidos estabeleceram a paz em alguma parte do Mundo, vou acreditar que também querem estabelecer aqui a paz».

Explicando as razões porque «a África do Sul odeia a República Popular de Moçambique», o Presidente Samora Machel depois de enaltecer a afirmação da personalidade da RPM no Mundo (como Nação e como Estado) acrescentou:

«Por isso é que somos odiados por algumas forças que querem destruir as transformações que fizemos nesta zona. São forças ultra-racistas, ultradireitistas e ultracolonia-listas. São forças que querem recolonizar Moçambique utilizando a África do Sul que tem também os seus interesses».

Finalmente, a última Cimeira dos países da Linha da Frente em Lusaka concluiu que apenas Moçambique cumpriu com o Acordo de Nkomati. Em consequência disso a Cimeira tomou a decisão de apoiar a RPM no campo diplomático.

De facto, podemos perguntar: quantas pessoas morreram depois de Nkomati? Quantas viaturas foram emboscadas? Quantos comboios descarrilados? Quantas pessoas assassinadas? Quantos nacionais e quantos estrangeiros? Mesmo não havendo números exactos para estas perguntas a verdade é que são muitas as pessoas assassinadas, muitas as viaturas danificadas, muitos os comboios atacados, muitos os indícios de uma tentativa de provocar uma escalada terrorista principalmente em torno das principais cidades.

Eis porque o 1.º aniversário da assinatura do Acordo de Nkomati decorre num clima de expectativa, não só no nosso País e na própria África do Sul, mas num clima de expectativa em todo o Mundo. Não vai muito tempo que o Presidente sul-africano leu perante jornalistas a célebre declaração de 3 de Outubro (baptizada pela informação mundial de Nkomati II). Essa declaração parecia ser um compromisso de honra (?) de um governo que pretende mudar a face. A declaração de 3 de Outubro não deixa margem a dúvidas quanto ao seu conteúdo. Mas o banditismo continua no nosso País apesar de o governo sul-africano não parar de dizer que irá investigar os casos de violação, se os houver, para fazer cumprir o Acordo de Nkomati.

Como acreditar nesta fraqueza da África do Sul? Será possível que um Estado militarmente poderoso como é a RAS; um Estado dotado de tecnologias sofisticadas para a sua

defesa interna; um país dotado de uma máquina de guerra das mais avançadas do mundo não tenha meios de descobrir quem é que na África do Sul continua a dar apoio aos bandidos armados? Será que não tem meios de detectar o levantamento de voos de aviões que entram em Moçambique vindos da RAS e aqui deixam equipamento bélico regressando ao ponto de origem? Será que um exército poderoso como o da RAS não consegue detectar os autores de actos de sabotagem vindos do lado sul-africano da fronteira e que para lá fogem depois de executada a sua actividade criminosa?

Eis porque, no 1.º aniversário de Nkomati, mais do que nunca se torna claro que apenas o fogo das armas constitui resposta adequada contra o banditismo armado. A acção demolidora que o nosso exército tem aplicado contra os bandidos é a única linguagem clara para aqueles com quem falar de paz é sinal de fraqueza. A RAS entendeu a boa vontade de Moçambique, ao procurar o diálogo para os problemas da África Austral e para as questões bilaterais, como sinal de fraqueza. Daí tentar ganhar tempo para fazer pender as coisas a seu favor enquanto procurava transformar a República Popular de Moçambique em mais um bantustão. Esta ousadia só poderia vir, de facto, da parte de um governo que prioriza os valores raciais em vez do direito de estado e o direito internacional; esta ousadia só poderia vir da parte de um governo habituado a relacionar-se com os seus vizinhos pela via da chantagem económica e da supremacia. Só poderia, enfim, vir da parte daqueles que usam uma estratégia maquiavélica para fazerem o mundo acreditar que estão dispostos a liquidar o «apartheid» numa altura em que, mais do que nunca no passado, racializam a discussão interna na África do Sul.

Neste primeiro aniversário, nada de novo nas margens do Nkomati. Talvez aqueles que têm o poder de pressionar a RAS tomem isso como prioridade daqui para a frente porque o não cumprimento do Acordo de Nkomati, em última análise, acaba prejudicando a própria África do Sul e os interesses ocidentais na África Austral. Não é agitando a bandeira do anticomunismo, como anda Pretória a fazer, nem apresentando-se como campeão da defesa do Ocidente, que a RAS defende melhor esses mesmos interesses. Os seus mais seguros aliados já sabem disso porque aprenderam com a História. Resta que o ensinem à RAS e que Pretória aprenda bem a lição. O comboio das mudanças obrigatórias já partiu e se não conseguir apanhá-lo em andamento a África do Sul estará definitivamente isolada: definitivamente condenada. □